



Direito à cidade e a dimensão político-pedagógica do serviço social: pensando articulações possíveis

Right to the city and the political-pedagogical dimension of social work: thinking possible articulations

Welison Matheus Fontes da Silva*

 <https://orcid.org/0000-0001-6431-2546>

RESUMO

Este artigo apresenta o debate sobre a potencialidade da discussão do Direito à Cidade atrelada à dimensão político-pedagógica do Serviço Social, dando ênfase à organização e aos sujeitos envolvidos nas atividades coletivas para adolescentes e jovens trans, tendo como contexto de análise a intervenção de um projeto de extensão universitário, denominado Programa Aquarela, que se direciona para promover assistência em saúde integral a adolescentes e jovens LGBTI+, na cidade do Rio de Janeiro. Utilizou-se o método crítico dialético para compreender os aspectos gerais e particulares do cotidiano e das narrativas dos sujeitos envolvidos, adotando-se a técnica de pesquisa qualitativa, mediante o uso de levantamentos bibliográficos, documentais e empíricos, por meio de análise de conteúdo discursivo. Foram apresentadas reflexões críticas da equipe multidisciplinar e dos adolescentes e jovens, inseridos no Programa Aquarela, enfatizando o entrecruzamento do Direito à Cidade a outros direitos fundamentais, com a finalidade de contribuir para a informação e promoção de adolescentes e jovens mais questionadores da realidade social, bem como ser um espaço para socialização e elaboração de projetos de vida. As atividades de grupo, nessa ótica, podem ser um importante instrumento contra-hegemônico da sociedade, se configurando como uma possibilidade de reflexão sobre o real e aprofundamento de concepções cotidianas, com a finalidade de produzir um caminho possível de superação da alienação imposta pelo sistema do capital.

PALAVRAS-CHAVE

Serviço Social; Trabalho em grupo; Adolescência; Identidade de gênero.

ABSTRACT

The article presents a debate about the potential discussion on the Right to the City linked to the political-pedagogical dimension of Social Work, emphasizing the organization and the subjects involved in the collective activities for teenage and young trans people, contextualized within the interventions of a university extension project called Aquarela Program, which provides health assistance to teenagers and young adults in the LGBTI+ community in Rio de Janeiro. Dialectical methodology was used to comprehend

*Assistente Social. Mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro Universidade (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil). Assistente Social Titular de Cargo Efetivo da Área de Saúde do Ministério Público de São Paulo (MPSP, São Paulo, Brasil). E-mail: fonteswelison@gmail.com

DOI 10.22422/temporalis.2024v24n48p454-468

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2024 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

general and particular aspects of the daily lives and narratives of the subjects, under qualitative research, collecting bibliographical, documental, and empirical data and analyzing their discourses. Critical reflections presented by the multidisciplinary team and the teenage and young adults from the Aquarela Program reiterate the intersection of the Right to the City and other fundamental rights, aiming to contribute to the awareness and the empowerment of young adults who question social reality, as well as serving as a space for socialization and creation of life projects. Under this perspective, group activities can be an important counter-hegemonic instrument of society, configuring it as a possibility to think upon reality and the expansion of daily interactions, producing a viable path to overcome the alienation imposed by the capitalist system.

KEYWORDS

Social service; Group activity; Adolescence; Gender identity.

Direito à Cidade e a dimensão político-pedagógica do Serviço Social: pensando articulações possíveis

A intensificação em torno do debate acerca do Direito à Cidade — tanto em meios acadêmicos quanto através de movimentos sociais e artísticos — tem colocado em relevo a necessidade premente de se repensar as formas de organização da vida coletiva. A profissão de Serviço Social, por muitos anos, foi vista como uma possibilidade de ajustamento dos indivíduos na sociedade, de acordo com os interesses da classe hegemônica. Contudo, há pelo menos três décadas, a dimensão ético-política da profissão, expressa no vigente Código de Ética Profissional, desafia os assistentes sociais a um exercício pedagógico que promova mudanças emancipatórias com um viés democrático que vai além do acesso aos direitos, isto é, que possa também romper com as amarras de uma ideologia dominante e conservadora e ser capaz de conscientizar politicamente a classe subalterna¹.

É nessa linha de raciocínio que se propõe a reflexão do presente artigo, que tem por objetivo central apresentar o debate acerca do Direito à Cidade atrelada à dimensão político-pedagógica do Serviço Social, a partir da atuação do autor deste artigo, em um projeto de extensão universitária denominado Programa Aquarela, com adolescentes e jovens trans². Vale ressaltar que este projeto de extensão, desenvolvido no âmbito do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente (NESA) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), tem como objetivo prestar assistência integral e multidisciplinar em atenção primária para adolescentes e jovens trans, sendo o único serviço de saúde habilitado para atuar com esse segmento social específico em todo o Estado do Rio de Janeiro.

¹ Para Abreu (2002), essa categoria abrange as várias situações de exploração e dominação, ampliando suas reflexões para o campo da cultura, como elemento fundamental para emancipação destas classes e para a elaboração de uma nova cultura e vontade coletiva. Por isto, afirma que a conquista da hegemonia pelas classes subalternas é entendida enquanto direção intelectual e moral e de domínio político, e representa o momento em que estas classes passam dos interesses econômicos corporativos e alcançam “uma homogeneidade entre infraestrutura e superestrutura” (Abreu, 2002, p. 28).

² Utilizamos a expressão trans a partir da indicação de movimentos transfeministas atuais no Brasil, no sentido de implicar nessa perspectiva a multiplicidade de experiências e identidades que não se enquadram na cisgenderidade, ou seja, a implicação correlata entre o que foi designado ao nascimento e suas experiências de vida. Nesse sentido, propõe-se a problematização da naturalidade das referências à cisgenderidade, no sentido de se produzir a visibilidade a experiências e constituições de identidades para além da possibilidade normatizada.

Diversos estudos apontam o que é vivenciado há muito tempo por pessoas LGBTI+³: a cada 26 horas, essa comunidade perde um membro por conta de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero, sendo mais grave para pessoas trans (Mott; Oliveira, 2020). Pela completa negligência estatal essas informações são subestimadas, pois dependem de manifestação de veículos midiáticos ou de movimentos sociais.

Nesse sentido, ruas, escolas, hospitais, shopping center e outros espaços públicos funcionam como termômetro para demonstrar as facetas de matrizes que estruturam uma sociedade, como a cisgender normatividade⁴ e a LGBTIfobia⁵. Para pessoas marcadas/marginalizadas, como as lésbicas, gays, bissexuais, trans e não binários, ser quem se é, nos espaços públicos, é, no mínimo, um desafio ou um desacato, o que nos revela uma desobediência à matriz patriarcal-colonial moderna de gênero (Segato, 2012). Assim, essa coibição de se viver plenamente a malha urbana é agravada quando se faz uma intersecção com outros marcadores sociais, como de raça e classe, entendendo que determinados grupos são subalternizados e tratados de maneira desigual e pejorativa por determinadas características que apresentam.

Compreendemos que a relevância da dimensão político-pedagógica do Serviço Social não é um assunto esgotado no meio acadêmico, tendo em vista que a realidade social é dinâmica e contraditória, exigindo novas formas de interpretá-la. Ao recobrir-se dessa dimensão, o assistente social é capaz de produzir efeitos diretos nas condições humanas e sociais e, especificamente, neste contexto, pode contribuir com a construção das reivindicações da população LGBT+. Para isso, apontou-se o seguinte problema de pesquisa: como a dimensão político-pedagógica do Serviço Social atrelada ao debate acerca do Direito à Cidade pode contribuir para a informação e promoção de adolescentes e jovens trans mais questionadores da realidade social, bem como proporcionar a criação de espaços para socialização desses sujeitos e elaboração de projetos de vida?

Diante disso, este artigo apresenta fundamentação teórico-metodológica subsidiada pelo método crítico dialético, que se comprehende em um embasamento firmado pela possibilidade de reflexão sobre o real e aprofundamento de concepções cotidianas, para constituir o que chamamos de concreto pensado e retornar para a prática de maneira sistematizada. Para quê, para quem e como pesquisamos? Essas são as indagações centrais quando reconhecemos o cotidiano como categoria de investigação e vemos a pesquisa na área de Serviço Social como uma dimensão integrante do exercício profissional dos assistentes sociais, como uma condição para se formular respostas capazes de impulsionar a elaboração de propostas profissionais que tenham efetividade e permitam atribuir materialidade aos princípios ético-políticos norteadores do projeto profissional.

É nesse bojo que o artigo se localiza, pois o Serviço Social possui amplo conhecimento para

³ No Brasil, a sigla LGBTI+ refere-se a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais. O sinal + amplia a sigla para incorporar outras identidades, cujas fronteiras ‘não são tão nítidas e estão em constante processo de negociação’ (Carrara; Vianna, 2008, p.354).

⁴ Conceito que faz referência a um conjunto de relações de poder que normaliza, regulamenta, idealiza e institucionaliza o gênero, sexo e a sexualidade em uma linha ilógica e estritamente horizontal (Warner, 1999).

⁵ O termo refere-se ao ódio ou à rejeição às pessoas LGBTI. Atualmente, há um movimento para a utilização do termo LGBTIfobia, preocupação esta que não ocorre só por parte da militância deste movimento, mas também de gestões governamentais mais progressistas, em diferentes esferas, e da mídia, em razão dos apagamentos que a categoria “homofobia” produz.

discutir sobre as interfaces da “questão social” expressas nas violências contra corpos dissidentes⁶, nos processos de exclusão e marginalização que ocorrem, também, por meio das políticas urbanas. Diante disso, é preciso pensar e construir possibilidades de inverter as privações de todos os tipos a partir da dimensão coletiva das lutas e dos sonhos, fomentando a organização política desses sujeitos na disputa do espaço urbano e na reivindicação do direito à cidade.

Se a cidade não pertence a adolescentes e jovens LGBTI+, tampouco o acesso aos serviços e às políticas públicas. Por isso, se consideramos importante afirmar que o direito à cidade é o direito de transformá-las em algo radicalmente diferente, devemos olhar para os sujeitos que precisam participar dos processos de transformação das cidades. Só assim será possível mudar essa lógica de cidades construídas segundo os interesses do capital em detrimento das pessoas.

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa de monografia de conclusão de residência em Saúde do Programa de Residência Profissional em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UERJ, sob o número 71168423.4.0000.5282. O Termo de Consentimento/Assentimento Livre e Esclarecido foi assinado pelo pesquisador principal responsável e pelos participantes (bem como os responsáveis) que aceitaram colaborar com o estudo.

Contextualização e descrição dos materiais

Entre dezembro de 2022 e novembro de 2023, foram realizados oito grupos com os adolescentes e jovens atendidos no Programa Aquarela, sendo seis destes em formato de roda de conversa — incluímos, aqui, também um cinedebate — e outros três como atividades externas, que foram realizadas no Museu do Amanhã (junho/2023), no Parque Lage (agosto/2023), e, por último, no Centro Acadêmico de Serviço Social da UERJ (novembro/2023), visando o acesso cultural e promoção da diversidade no território urbano sob a perspectiva do direito à cidade. Com exceção das atividades externas, todas as demais foram realizadas no Auditório Assistente Social Miriam Peres de Moura, localizado no segundo andar do NESA.

A proposta de intervenção, com foco na circulação pela cidade, foi esboçada ao longo do primeiro ano do residente, autor deste artigo, ainda durante o rodízio pelas áreas da Atenção Primária, Secundária e Terciária e passou a ser implementada em dezembro de 2022, se prolongando até janeiro de 2024 — tempo suficiente para o amadurecimento do profissional em formação e de construção de autonomia dentro do serviço.

Os grupos tiveram uma média entre 15-20 adolescentes e jovens participantes, inseridos ou não no Programa Aquarela, pois foi incentivado aos que eram atendidos, que outras pessoas trans ou não binárias fossem convidadas. Também ocorreu de recebermos, em alguns momentos, adolescentes e jovens que ainda não haviam sido inseridos no Aquarela e compareceram aos grupos por conta do convite feito através do WhatsApp. A divulgação

⁶ Conforme conceituado por Butler (2003), todo corpo que escapa da “matriz heterossexual”, uma matriz excluente que visa tornar “abjetos” todos os corpos que não se encaixariam na suposta naturalidade da correspondência entre corpo biológico, sexo e orientação sexual, torna-se um corpo dissidente que fere a expectativa da “normalidade”.

dos encontros aconteceu de duas maneiras, pela plataforma mencionada: 1) através de mensagens diretas e 2) por meio das atualizações do Status⁷.

A escolha das temáticas abordadas em cada grupo era baseada no que os adolescentes e jovens apresentavam como demandas nos atendimentos individuais, tendo como exemplo: direito ao nome social/pronomes; disforia de gênero; uso do banheiro público; isolamento social; medo da violência/LGBTIfobia; conflito familiar; dentre outras. Tais questões eram discutidas entre os adolescentes e a equipe de forma reflexiva, valorizando as experiências e as narrativas desse grupo, bem como as estratégias lançadas por cada sujeito no cotidiano. Cabe ressaltar a importância de se estimular o protagonismo juvenil nessas ações, para que seus desdobramentos sejam condizentes com o que, de fato, estes adolescentes e jovens vivenciam no dia a dia.

No primeiro grupo realizado, através de uma dinâmica onde os participantes puderam expor a própria percepção sobre a atividade proposta, palavras como um lugar de “acolhimento”, “um lugar para se encaixar”, para “conhecimento”, “aprendizado”, “possibilidades criativas”, “empatia” e “inspiração” foram utilizadas. Esses relatos, ao longo dos encontros, foram se repetindo e, com isso, percebemos o quanto os adolescentes e jovens estavam cada vez mais seguros e confortáveis com o espaço, com a equipe e com os demais participantes.

O momento do lanche, proporcionado pelo NESA, após a atividade de grupo, se tornou um lugar de troca afetiva e até mesmo para conhecer potenciais crushes⁸. Os adolescentes trocavam os contatos entre si, criaram um grupo no WhatsApp somente com os participantes das atividades, foram inseridos em outros grupos específicos aos contextos socioculturais de cada um, como aqueles relacionados aos hobbies favoritos, promoviam *after*⁹ na praça pública próxima ao NESA após as atividades, dentre outras formas de entrosamento que o próprio grupo constituiu para além das discussões realizadas nas rodas de conversas. A formação do vínculo¹⁰ e a criação de laços entre os profissionais envolvidos no Aquarela e os demais participantes dos grupos foram extremamente importantes para a elaboração das demais atividades, em especial as que seriam realizadas no espaço externo da instituição. Respeitar o tempo, os desejos, o que se é dito e até mesmo o que não é de cada adolescente e jovem, possibilita o distanciamento do profissional das práticas de controle e adultocêntrica, reproduzidas na sociedade. E, além do mais, permite também elaborar intervenções cujo segmento social em questão possa ser, de fato, visto como sujeito de direito, o que segue ainda sendo um desafio presente nas atuações em diversos espaços socio-ocupacionais.

⁷ Recurso que permite escrever pequenos textos temporários e divulgar imagens/vídeos para serem exibidos no perfil dos usuários durante 24 horas.

⁸ Crush, no singular, pode ser entendido como um gíria que, na tradução para o português, seria semelhante ao termo “quedinha” ou “paixonite”.

⁹ O termo *after* já está tão difundido que podemos dizer que ele já possui vida própria, mas sua origem na língua inglesa vem de *after party*, que significa pós-festa, ou um evento menor que acontece após um principal.

¹⁰ Para a Política Nacional de Atenção Básica, vínculo “consiste na construção de relações de afetividade e confiança entre o usuário e o trabalhador da saúde, permitindo o aprofundamento do processo de corresponsabilização pela saúde, construído ao longo do tempo, além de carregar, em si, um potencial terapêutico” (Brasil, 2012, p. 21).

A dimensão político-pedagógica do trabalho do assistente social na saúde e os desafios para a implementação do projeto ético-político

A década de 1980, no Brasil, foi um período de grande mobilização política, assim como também de aprofundamento da crise econômica que se evidenciou na ditadura militar. Além disso, marca o início da maturidade da tendência atualmente hegemônica na academia e nas entidades representativas da categoria de assistentes sociais — intenção de ruptura — e, com isso, a interlocução real com a tradição marxista — ainda que os profissionais dessa vertente estivessem inseridos, na sua maioria, nas universidades e com pouca capilaridade nos serviços, em especial os de saúde, que tiveram avanços considerados insuficientes (Bravo, 1996). Desse modo, o Serviço Social chega à década de 1990 ainda com uma incipiente alteração do trabalho institucional, continua enquanto categoria desarticulada do Movimento da Reforma Sanitária, sem nenhuma explícita e organizada ocupação na máquina do Estado pelos setores progressistas da profissão e insuficiente produção sobre “as demandas postas à prática em saúde” (Bravo, 1996).

Os anos de 1990 podem ser sintetizados, no Brasil, pelo período de implantação e êxito ideológico do projeto neoliberal no país, do qual o governo de Fernando Collor de Mello foi o primeiro a tentar implementá-lo. Identifica-se que, nessa conjuntura, dois projetos políticos em disputa na área da saúde, passam a apresentar diferentes requisições para o Serviço Social: 1) o projeto privatista, que requisita ao assistente social, entre outras demandas, a seleção econômica dos usuários, atuação psicossocial por meio de aconselhamento, ação fiscalizatória aos usuários dos planos de saúde, assistencialismo por meio da ideologia do favor e predomínio de práticas individuais; e 2) o projeto da reforma sanitária, que apresenta como demandas que o assistente social trabalhe as seguintes questões: democratização do acesso às unidades e aos serviços de saúde; estratégias de aproximação das unidades de saúde com a realidade, trabalho interdisciplinar, ênfase nas abordagens grupais, acesso democrático às informações e estímulo à participação popular (Bravo, 1998).

Não é possível negar, a partir do exposto, que há uma relação entre o atual projeto ético-político da profissão e o de reforma sanitária, principalmente, nos seus grandes eixos: principais aportes e referências teóricas, formação profissional e princípios. Como visto, tanto um, quanto outro, foram construídos no processo de redemocratização da sociedade brasileira e se consolidaram na década de 1980. As demandas democráticas e populares, a mobilização e organização dos trabalhadores urbanos e rurais colocam na agenda política brasileira a exigência de transformações políticas e sociais e a necessidade de articulação dos projetos profissionais aos projetos societários que são propostos para o conjunto da sociedade. O Serviço Social não passa, ainda, ao largo dessa tensão.

Atualmente, essa disputa e, em consequência as requisições para a profissão continuam presentes – embora com ênfase maior no projeto privatista. Portanto, identifica-se que alguns importantes desafios devem ser enfrentados, como a falta de viabilização da concepção de seguridade social e o desafio de construir práticas baseadas na integralidade e na intersetorialidade (Bravo; Menezes, 2011). Além destes desafios, é necessário ainda problematizar a função pedagógica que exerce o assistente social nos serviços sociais prestados, previstos e regulados pelo Estado, em especial na saúde, que pode servir tanto para manutenção da ordem (e dos corpos) como para sua transformação.

Especificamente, na área da saúde, assistentes sociais enfrentam ainda o desafio em dar visibilidade ao seu trabalho, demonstrando o potencial de sua formação para os demais membros da equipe de saúde (e usuários), deixando claro quais são suas atribuições e competências nessa área, num ambiente onde o saber médico sempre tem prioridade. Portanto, a apropriação da dimensão político-pedagógica do trabalho do assistente social, construída num sentido de transformação e emancipação dos usuários, pode contribuir para que a prática profissional nas instituições possa ir além das rotinas institucionais e da redução ao atendimento imediato das demandas, buscando, assim, apreender o movimento da realidade, para detectar tendências e possibilidades nela presentes, passíveis de serem impulsionadas pelo profissional (Iamamoto, 2006).

Historicamente, a função pedagógica, por meio das práticas educativas do assistente social, se concretiza em todos os espaços socio-ocupacionais que este profissional se insere e de sua intervenção direta na maneira de agir e pensar, ou seja, sua ação incide diretamente na formação da cultura. Trata-se de um elemento constitutivo das relações de hegemonia¹¹ na sociedade, pois, juntamente com outros profissionais, contribui para a criação de consensos na sociedade em meio aos interesses das classes fundamentais, reforçando a hegemonia vigente ou criando uma contra hegemonia no cenário da vida social. É através da consciência política e do projeto ético-político ao qual o assistente social vem aderir que se manifesta a diferença entre o direcionamento de uma prática que contribua para a manutenção da ordem vigente ou uma prática que coopere para a emancipação dos sujeitos. Como propõe Iamamoto:

O Serviço Social brasileiro assumiu um ideário emancipatório, herdeiro da história da luta mundial dos trabalhadores, calcada na grande política e em valores que significam o gênero humano. O nosso projeto está fundado nos valores maiores da liberdade, da igualdade, da radicalidade democrática, da cidadania, da ausência de preconceitos, do respeito aos direitos humanos, da qualidade dos serviços prestados (2017, p. 18).

Nesse sentido, é a partir da apropriação da teoria marxista que o assistente social pode ser, ou se portar como, um intelectual orgânico da classe trabalhadora, podendo contribuir para a organização dessa classe. Para Iamamoto e Carvalho (2005), a função pedagógica dos assistentes sociais integra o amplo processo de elaboração de uma ideologia própria, desenvolvida por essa classe, como elemento constitutivo de uma nova e superior cultura. Assim, supõe-se compromisso político consciente, como o projeto societário das classes subalternas, bem como competências teórico-metodológicas e técnico-políticas para a identificação e apropriação das reais possibilidades postas pelo movimento social, para o redimensionamento da prática profissional no horizonte da luta pela emancipação das referidas classes.

Entretanto, segundo Costa e Santos (2020), o que se nota no cotidiano profissional de assistentes sociais na saúde, como já visto, é que estes estão alocados em demandas emergenciais e pontuais, quase sempre oriundas de atenção hospitalar. Há pouco movimento que possibilite, de fato, que a categoria profissional desenvolva e valorize tais ações pedagógicas. Para Abreu (2002, p. 183), deve se refletir sobre a “necessidade de

¹¹ De autoria de Antonio Gramsci (2007), o conceito de hegemonia compreende a função de direção intelectual e moral, e de dominação, praticada por uma classe social sobre as demais classes, através dos órgãos da sociedade civil e política.

reorganização dos serviços públicos a partir de um novo padrão de trabalho baseado em inovações de ordem tecnológica e de gerenciamento”. Defende-se, aqui, que um desses espaços é possível por meio da própria estrutura da Atenção Primária no Brasil.

A Atenção Primária à Saúde, como primeiro nível de atenção em saúde, se caracteriza por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção de saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades. Trata-se da principal porta de entrada do SUS e os projetos desenvolvidos neste nível são, historicamente, reconhecidos pela sua atuação orientada pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização e da equidade. Assim, o que se comprehende, é que se trata de um campo de trabalho particular para o assistente social, que demanda a formalização de saberes e competências necessárias para o seu exercício, de forma que este profissional compreenda e se reconheça, também, como produtor de conhecimentos e assuma atitudes de pesquisador em uma área que não pode tudo, mas pode alguma coisa, entre elas tornar mais consistente o processo democrático (Freire, 2006).

Ao recobrir-se da dimensão político-pedagógica, o assistente social é capaz de produzir efeitos diretos nas condições humanas e sociais em serviços de saúde em seus diversos níveis, haja vista que, dentre os seus direitos e responsabilidades registra-se a participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais com o dever de contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais (CFESS, 1993). E isso, também, se refere à implementação de serviços que dialogam, efetivamente, com as necessidades da população usuária. Como mencionado, o Aquarela é o único serviço de saúde habilitado no Estado do Rio de Janeiro, destinado a atender adolescentes trans. No entanto, sua implantação só foi possível pois, uma assistente social¹², não somente se deparou com o aumento das demandas, em especial na enfermaria do NESA, como sistematizou um trabalho mais amplo e para além da dimensão assistencial, sem deixar de perder de vista a potencialidade da profissão para estimular transformações.

Na possibilidade de contribuir para o processo de emancipação humana, o assistente social trabalha na ampliação da autonomia política dos indivíduos, que remete à perspectiva de atuar na construção de sua própria narrativa, projetos de vida, sendo capazes de intervir no campo social, político, cultural e econômico de forma consciente e crítica. Estes elementos permitem a compreensão de que o campo da saúde se constitui em um terreno fértil para o exercício desse trabalho pedagógico direcionado à emancipação humana, sem deixar de considerar que raça, gênero, sexualidade, capacidade física, status de cidadania, etnia, nacionalidade e faixa etária são construtos mútuos que moldam diversos fenômenos e problemas sociais.

Ressalta-se que a dimensão pedagógica do Serviço Social, alinhada ao projeto profissional hegemônico na categoria profissional, deve estar vinculada a processos de reflexão, identificação de demandas, formulação de respostas, de forma qualificada, organizada e

¹² Fernanda Graneiro, assistente social e uma das coordenadoras do Programa Aquarela.

crítica, contribuindo para emancipação dos sujeitos envolvidos em suas ações. Para Abreu (2002), a chamada prática pedagógica emancipadora, que se contrapõe às pedagogias subalternizantes, relaciona-se às classes subalternas e ao atual projeto profissional do Serviço Social, projeto este que se configura como alternativo ao projeto tradicional conservador predominante na fase de constituição histórica da profissão.

No contexto de atuação com adolescentes e jovens trans, uma importante publicação lançada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), imprime a direção ético-política adotada pelos assistentes sociais no Aquarela. O caderno 4 da série Assistente Social no combate ao preconceito: transfobia (CFESS, 2016), tem como finalidade referenciar a intervenção dos profissionais de Serviço Social na atuação contra o preconceito e a discriminação relacionados à identidade de gênero. Fruto das discussões da categoria profissional, objetiva fortalecer o trabalho dos assistentes sociais com a população LGBTI+, em especial aqueles que atuam com o segmento T (trans) da sigla e no processo transexualizador do Sistema Único de Saúde (SUS), atualmente em revisão para, enfim, se tornar uma política de saúde integral. Essa publicação é, para os assistentes sociais, um evidente sinal da importância dessa temática no cotidiano do trabalho e fortalece a dimensão política da profissão, respaldada pelos princípios éticos de um Serviço Social que não discrimina “por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física”, como propõe nosso Código de Ética Profissional (CFESS, 1993).

O assistente social, portanto, deve assumir no espaço de atuação com a população LGBTI+, especificamente adolescentes e jovens, “a natureza política de sua prática” (Freire, 2006, p. 49). Compreende-se que o profissional deve buscar, nesse sentido, assumir sua dimensão social e educativa que possibilite esses corpos a viabilidade de existir e de serem reconhecidos como sujeitos de direito. É necessário deixar explícito a sua posição política e ideológica; ter clareza e compreensão qual a sua finalidade profissional e a quem direciona as ações do Serviço Social. Em tempos de fortalecimento do conservadorismo, de violação de direitos e criminalização de pautas de gênero e de diversidade sexual, cabe ao assistente social o desafio do seu enfrentamento, com vistas a uma intervenção profissional marcada por ações emancipatórias, na perspectiva de outra ordem societária.

O Direito à Cidade e as possibilidades de emancipação social e política no trabalho com adolescentes e jovens trans

É preciso, antes de adentrarmos na discussão cujo tema nomeia essa seção, elucidar o trajeto percorrido até chegarmos na relação entre adolescências dissidentes e o *Direito à Cidade*. Consideramos a cidade como formação que vai além de uma estrutura física, sendo essencialmente composta pelos indivíduos que nela circulam diariamente e, em complementaridade, também as constituem, a partir das relações com os espaços públicos, privados, em dimensões objetivas e subjetivas. A partir dos atendimentos individuais, observamos o quanto a circulação de adolescentes e jovens trans é coreografada pelo medo, pois eles evitam circular por alguns locais com receio de sofrer violência, especificamente, transfobia¹³. A proposta de trabalhar com a perspectiva de

¹³ A transfobia, neste trabalho, pode ser encarada como um conjunto de opiniões e atitudes culturais e pessoais que são dirigidas, de maneira agressiva, contra indivíduos ou grupos que não se encaixam nos pressupostos das expectativas e das normas sociais de gênero.

direito se constitui em consonância com a doutrina da proteção integral embasada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) e, posteriormente, presente em outros marcos legais como os Direitos sexuais, reprodutivos e métodos concepcionais (2009) e a Política Nacional de Juventude (2013).

Entretanto, o que observamos no cotidiano profissional, é que a concepção de sujeito de direito para um corpo dissidente das normas cisgêneras, não se apresenta da mesma forma para os demais que se inserem dentro da norma hegemônica — cisheteronormativa. Quais demais direitos restam a um adolescente trans que é impedido de usar banheiros públicos ou transitar pela cidade? De ter o nome respeitado? De sair na rua sem medo ou de se qualificar para o mercado de trabalho? São diversas violações, que se não forem pensadas de maneira transversal, continuarão a se reproduzir juntamente com os altos índices de genocídio da população trans, sobretudo contra pessoas trans negras que representam 79,8% das pessoas assassinadas (Benevides, 2023), muitas das quais são jovens entre 13 e 29 anos, conforme tem sido insistente apontado ao longo dos anos (Benevides, 2024).

Em tempos de acirramento do conservadorismo e da milícia antigênero¹⁴, as políticas públicas orientadas à população LGBTI+ devem ser protagonizadas também pelos trabalhadores e serviços públicos, sobretudo aqueles que atuam diretamente na garantia dos direitos sociais. No entanto, faltam políticas e, na ausência do Estado, cresce ainda mais esse sistema que aprisiona corpos, cis e trans, e limita suas experiências enquanto seres humanos. Compreendemos que à medida em que essa discussão perpetuar o essencialismo e rigidez nas identidades, papéis e expressões de gênero, haverá misoginia, machismo, racismo, transfobia e outras violências, e como consequência disso, mulheres, negros, crianças, adolescentes e outras identidades vistas como desviantes seguirão em constante risco. Isto posto, o papel do assistente social se configura em cristalizar como operam essas opressões no capitalismo e reforçar que sua superação somente é possível com uma mudança radical na forma de sociabilidade dos sujeitos.

É nessa perspectiva que o Aquarela desenvolveu atividades de grupos, no período mencionado, permeadas pela discussão do Direito à Cidade. A reflexão desta seção, portanto, destaca que pautar essa temática e relacioná-la ao cotidiano de adolescentes e jovens trans permite um entrecruzamento a outros direitos fundamentais, com a finalidade de alcançarmos, deste modo, uma proteção integral também desejada por corpos dissidentes.

Corroboramos com o debate teórico sobre o direito à cidade realizado pelo filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre (2001), que propõe que esse direito se exercita por meio da democracia direta e da cidadania radical, onde todos gozam de direitos civis e humanos iguais, e onde esteja em questão o significado de “pertencimento” a uma comunidade política. Para o autor, existiriam duas categorias de direito à cidade. A primeira seria o direito de usufruto do espaço urbano. Poder viver, trabalhar, ter lazer, circular pelo espaço e se representar na cidade seriam garantias desse direito. A segunda se refere ao direito de participar nas decisões, no planejamento e na produção do espaço urbano. Esse, então,

¹⁴ Corroboro Bulgarelli (2020) ao utilizar a expressão “antigênero” no sentido de reforçar o modo como as proposições sobre direitos no campo do gênero e da sexualidade evocadas por grupos conservadores, de direita e religiosos fazem frente às noções de direitos de gênero e direitos sexuais na contemporaneidade.

seria o direito a uma autogestão popular do urbano, a partir da perspectiva do bem-estar coletivo e não dos lucros privados restritos aos detentores do capital. Se para homens cisgêneros não proprietários esse direito não tem sido garantido no modelo de gestão urbana capitalista, a situação para os corpos marcados pelas questões de gênero, negritude e diversidade sexual é ainda mais grave. Por isso vemos, ainda hoje, pessoas transexuais e travestis com receio de usufruir alguns espaços e se afastarem de algumas interações, tais como a fetichização de homens cis sobre corpos dissidentes, a insegurança e a vergonha em reagir a certos tratamentos, o temor em falar, a necessidade de manter os olhares de outrem distantes do próprio corpo e as tentativas de se esconder para, ao menos, tentar atravessar a malha urbana sem se tornar mais uma estatística, dentre as milhares que ocorrem, de violações produzidas e endereçadas aos corpos dissidentes.

Como já mencionado anteriormente, além das atividades externas, foram realizadas algumas rodas de conversa no NESÁ, sobretudo para tornar o espaço de saúde seguro e confortável para os participantes. Não podemos negar que muitos adolescentes e jovens chegam ao Aquarela com medo de se deparar com mais um lugar reprodutor de transfobia. E mesmo aqueles que já estão inseridos no programa, permaneceram em *alerta* por um certo tempo, como forma de defesa criada em razão dos conturbados percursos de interpelação e de socialização na vida urbana transfóbica. Assim, a proposta de ocupar a cidade foi gestada por 5 meses, desde a primeira atividade realizada no auditório do NESÁ em dezembro/2022, até quando foi possível, por meio do Passaporte Cultural, em maio de 2023, levar os adolescentes e jovens inseridos no Aquarela ao Museu do Amanhã, localizado no Centro do Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que a parceria com o Passaporte Cultural¹⁵ foi fruto do contato direto entre o Serviço Social do Aquarela e o setor responsável na Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro. Entende-se, aqui, a importância do trabalho em rede e da valorização da intersetorialidade, conceitos caros ao Serviço Social, sobretudo na atuação com o público infanto-juvenil, com vista a promover uma intervenção comprometida com a garantia de direitos.

A visita ao Museu do Amanhã aconteceu no dia 4 de maio de 2023, no período da manhã, na presença de 9 adolescentes, 7 pessoas da equipe do Aquarela e 4 pessoas da equipe do Centro de Tecnologia Educacional (CTE) da UERJ, que ficou responsável pela elaboração de um material audiovisual da atividade¹⁶. Durante o trajeto ao museu, ainda no micro-ônibus, o assistente social residente retomou a finalidade do passeio de teor socioeducativo e reflexivo, chamando atenção para o debate do direito à cidade, como uma cara discussão e luta da sociedade contemporânea que deve ser construída no coletivo. Reafirmamos, com o grupo, o direito à cidade como propõe Harvey (2012, p. 74), que o caracteriza como:

[...] muito mais do que a liberdade individual de acessar os recursos urbanos: trata-se do direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. É, além disso, um direito comum antes de individual, já que esta transformação depende,

¹⁵ Trata-se de um programa da Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa do Estado do Rio de Janeiro que busca ampliar o acesso à cultura da população de baixa renda. Tendo também como objetivo regulamentar e continuar a política cultural iniciada no processo de seleção de propostas culturais, com a finalidade de formar plateia e democratizar a cultura em equipamentos culturais localizados no Estado do Rio de Janeiro.

¹⁶ “Ocupar a cidade para construir futuros possíveis, Uerj em Pauta”. Disponível no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=SN2-uaP5Pcw>

inevitavelmente, do exercício do poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de criar e recriar nossas cidades e a nós mesmos é, como desejo demonstrar, um de nossos direitos humanos mais preciosos, mas também um dos mais descuidados (Harvey, 2012, p. 74, grifo nosso).

Nesse sentido, o referido autor propõe que a vida urbana é constituída a partir das “relações sociais”. Essas relações incluem também “estilos de vida”, “relação com a tecnologia” e “valores estéticos” como elementos importantes. Essa conceituação nos permite pensar como movimentos que reivindicam direito ao corpo e/ou certos modos de vida e estéticas alternativas (movimento negro, feminista, LGBTI+, dentre outros) constituem lutas por um projeto de cidade outra. Isso demonstra a relevância de trazer a pauta política para a compreensão dos próprios adolescentes e jovens sobre suas respectivas vivências e atividades cotidianas. Colocar luz sobre o debate acerca dos projetos das cidades que exclui a partir do gênero, da sexualidade, da raça, da etnia, da classe, da geração etc., pode potencializar novas organizações nas relações da malha urbana que podem parecer, no imaginário popular, imutáveis. A cidade não deve nos engolir, ela precisa ser reformulada por nós, entre nós.

Os relatos evidenciados pelos adolescentes e jovens ao longo das atividades de grupo, deixam claro que a liberdade de acesso e circulação à urbe não é uma realidade para os corpos dissidentes. As formas de organização social nos espaços das cidades, construídas sob a égide capitalista, racista, misógina e LGBTIfóbica, limitam a mobilidade cotidiana desses sujeitos para transitar e utilizar os espaços públicos. Fato é que, mesmo a escola, espaço a qual a modernidade estabeleceu como condição de acesso às crianças e adolescentes, hoje contribui para que pessoas trans e não binárias sejam empurradas ainda mais para a marginalização, ao se omitir de enfrentar as práticas transfóbicas presentes neste ambiente — isso quando a mesma instituição não corrobora com tais práticas. Dessa maneira, ao passo que, na sociedade contemporânea, adolescentes e jovens devem assumir um comportamento saudável e produtivo, frequentar a escola, participar da vida social, é colocado aos adolescentes e jovens trans uma realidade exposta a uma série de vulnerabilidades sociais e uma constante violação dos seus direitos. A cidade contemporânea, pois, é caracterizada pela fragmentação e especialização dos espaços urbanos, os quais demarcam a exclusividade do ambiente conforme os marcadores sociais do público.

Nas atividades externas foram realizadas sessões de observação participante, todavia, como propõe Favret-Saada (2005), ao passo de que o autor deste artigo também é afetado pelo campo, foi possível trazer discussões e reflexões construídas a partir das rodas de conversa e dos atendimentos individuais realizados pelo Aquarela. Reiteramos não só o lazer como elemento fundamental da vivência juvenil, mas que a luta precisa estar presente no cotidiano desses adolescentes e jovens, fazendo parte da construção das identidades, valores, referências e na relação com os espaços na cidade. Portanto, traçar uma relação entre o direito à cidade e as adolescências dissidentes perpassam por um enfrentamento coletivo dos privilégios, das segregações de territórios geográficos e de corpos que (não) importam.

Em todas as atividades externas ficou evidente o discurso dos adolescentes e jovens trans de que circular na cidade e acessar direitos básicos é, ainda hoje, um desafio. Bem como é possível perceber que a cidade não os acolhe, pelo contrário, adocece e violenta corpos

considerados desviantes em relação à heteronorma. Nesse sentido, o Aquarela se posiciona na contramão dessa lógica transfóbica que perpetua a exclusão de adolescentes trans do espaço urbano. Sabemos que o direito à cidade é uma expressão daquilo que queremos, em que se destaca a busca por um contexto acolhedor, democrático, sustentável e seguro para todos.

Considerações finais

Atuar com grupos na atenção primária consiste em uma das importantes estratégias de integração entre a equipe e a parcela populacional que necessita de intervenções que contemplam ações educativas. Dito isso, a intervenção do Serviço Social no Aquarela — sendo orientada pelo materialismo histórico-dialético articulado ao pensamento freiriano na perspectiva da educação popular em saúde — é fundamental para responder às iniquidades e contradições da realidade social marcada pela LGBTIfobia, para assim abrir a possibilidade de que relações e interações possam seguir rumo à construção de espaços mais justos e inclusivos. Tal intervenção se realiza por meio do desenvolvimento de atividades socioeducativas para contribuir com a informação e promoção de adolescentes e jovens mais questionadores da realidade social, bem como ser um espaço para socialização e elaboração de projetos de vida.

Quando conduzidos adequadamente, os grupos facilitam a construção coletiva de conhecimento, a reflexão acerca da realidade vivenciada pelos membros do grupo, sendo ferramenta potencializadora da promoção da saúde e da cidadania. Através desses diálogos, foi possível realizar uma intervenção crítica e aprofundada acerca da circulação de adolescentes e jovens trans pelo espaço urbano, bem como estimular a autonomia política e ampliação dos novos horizontes para a transformação de modos de vida, sendo a participação dos/as usuários imprescindível ao fortalecimento de uma agenda progressista no campo das diversidades de gêneros e sexuais, em especial para adolescentes e jovens, viabilizando a efetivação dos direitos com dignidade e autonomia.

Desses pressupostos, quando inscritos no debate da dimensão política da profissão do Serviço Social, tende-se a compreender que a tomada de posição política enquanto um dever ético da profissão deve se forjar como um posicionamento comprometido em contribuir para os rumos da sociedade numa direção libertária, em contraponto à indiferença que opera como peso morto da história (Gramsci, 2020). Isso implica um agir profissional perpassado por ações que o configurem, de maneira decisiva, como um intelectual tradicional de perspectiva progressista e ou orgânico, a depender das possibilidades materiais e concretas que vão sendo forjadas na tecitura cotidiana da defesa intransigente dos direitos humanos. Isto serve tanto para os que atuam nas instâncias do Estado estrito como para aqueles que estão na ponta nos diferentes espaços de atuação profissional.

À vista do exposto, o Aquarela tem se mostrado como uma experiência exitosa na promoção de ações e práticas educativas em saúde do adolescente LGBTI+, com ênfase na promoção da saúde mental, orientação sexual e identidade de gênero, incluindo recortes étnico-racial e territorial, por meio das trocas de saberes, sonhos e narrativas para além da saúde doença e do modelo biomédico, reafirmando, assim o compromisso em combater as discriminações que vulnerabilizam expressivos segmentos sociais.

Referências

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê:** violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. Brasília, DF: Distrito Drag; Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 2023.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê:** violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023. Brasília, DF: Distrito Drag; Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 2024.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais.** Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica.** Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRAVO, M. I. S. **Serviço social e reforma sanitária:** lutas sociais e práticas profissionais. SP: Cortez; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

BRAVO, M. I. S. Superando desafios: o Serviço Social na Saúde na década de 90. In: Superando Desafios. **Cadernos do Serviço Social do HUPE**, Rio de Janeiro, RJ, v. 3, 1998.

BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. A saúde nos governos Lula e Dilma: algumas reflexões. In: BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. (org.). **Saúde na atualidade:** por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade. 1. ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2011.

BUTLER, J. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Belo Horizonte: Civilização Brasileira, 2003.

CARRARA, S.; VIANNA, A. Os direitos性ais e reprodutivos no Brasil a partir da Constituição Cidadã. In: OLIVEN, R. G. et al. (org.). **A constituição de 1988 na vida brasileira.** 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

COSTA, L. T. C.; SANTOS, J. W. B. Serviço social, educação popular e saúde: elementos de debate sobre o caráter educativo do trabalho profissional. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, p. 67–82, 2020. Disponível em:
<https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/53271>. Acesso em: 20 dez. 2024.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética do/a assistente social:** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília, DF: CFESS, 2012.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Assistente Social no combate ao preconceito:** transfobia. Caderno 4. Brasília, DF: CFESS, 2016.

FRAVET-SAADA, J. “Ser afetado”. Tradução de Paula Siqueira. **Cadernos de Campo**, v. 13, n. 13, 2005. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161>.

FREIRE, P. **A educação na cidade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MOTT, L.; OLIVEIRA, J. M. D. de. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019**: relatório do Grupo Gay da Bahia. 1. ed. Salvador: Editora GGB, 2020.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73–89, 2012. DOI <https://doi.org/10.23925/ls.voi29.18497>

HARVEY, D. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IAMAMOTO, M. CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, M. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social & Sociedade**, v. 128, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/qJzFVXRhjD6LzNSSXWzCvdR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2024.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

PERES, W. S.; TOLEDO, L. G. Dissidências existenciais de gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 261–277, 2011. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000200006. Acesso em: 20 dez. 2024.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial, **e-cadernos CES**, 18, 2012. DOI: 10.4000/eces.1533. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em: 20 dez. 2024.

Submetido em: 25/7/2024
Revisado em: 25/10/2024
Aceito em: 28/10/2024